



# **Tribunal de Contas do Estado do Acre**

## **Secretaria das Sessões**

**MISSÃO:** *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

### **A C Ó R D ã O Nº 6.746**

**NATUREZA DO FEITO:** **Processo nº 12.866.2009-30-TCE.**

**ASSUNTO:** **Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício de 2008.**

**RESPONSÁVEL:** **Senhor Liberato Ribeiro da Silva Filho.**

**RELATORA:** **Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos.**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Ausência do Relatório Sintético dos Decretos de Abertura dos Créditos Adicionais. Ausência do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis. Ausência do Demonstrativo das Licitações realizadas. Concessão de diárias à própria Câmara Municipal, sem discriminar os beneficiários e os referidos empenhos com históricos incompletos. Excesso na remuneração dos vereadores que compõem a Mesa Diretora. Irregularidade. Condenação. Devolução. Multa. Instauração de tomada de contas especial. Encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal. Remessa de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício orçamentário e financeiro de 2008, de responsabilidade dos Senhores Liberato Ribeiro da Silva Filho – Presidente à época e Ocimar Pereira Xavier 1º Secretário à época, com fulcro na alínea “c”, do inciso III, do art. 51, da LCE nº 38/93, em face de: **a)** ausência do Relatório Sintético dos Decretos de Abertura dos Créditos Adicionais; **b)** ausência do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis; **c)** ausência do Demonstrativo das Licitações realizadas, exigidos pela Resolução-TCE nº 062/2008, Anexo V, Itens V, IX e XIII; **d)** concessão de diárias à própria Câmara Municipal, no valor de R\$ 14.521,85 (quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos), sem discriminar os beneficiários e os referidos empenhos com históricos incompletos; **e)** excesso na remuneração dos Vereadores que compõem a Mesa Diretora da ordem de R\$ 9.959,40 (nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), contrariando a Resolução Legislativa nº 01/2004, que fixou os subsídios dos vereadores; **2)** **condenar** os Senhores Liberato Ribeiro da Silva Filho e Ocimar Pereira Xavier a **devolverem** aos cofres públicos municipais, com fulcro no art. 54, da LCE nº 38/93, a importância devidamente atualizada, de R\$ 9.959,40 (nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos) por serem os ordenadores de despesas dos valores impugnados, assinalando-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para o respectivo recolhimento e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas;



# **Tribunal de Contas do Estado do Acre**

## **Secretaria das Sessões**

**MISSÃO:** *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

**3) aplicar multa** aos responsáveis em 10% (dez por cento), sobre o valor a ser devolvido, nos termos do art. 88, da LCE nº 38/93, assinalando-lhes o prazo de 30

### **(A C Ó R D Ã O Nº 6.746 – FL. 02)**

(trinta) dias para o respectivo recolhimento aos cofres Público Estadual e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas; **4) instaurar Tomada de Contas Especial** no prazo de 30 (trinta) dias, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano no que diz respeito ao item de concessão de diárias em nome da Câmara Municipal, conforme apurado no Relatório Técnico da 2ª IGCE (fl. 111), com indícios de irregularidades; **5) encaminhar** cópia dos autos à Câmara Municipal de Capixaba, para conhecimento e adoção de medidas que entender necessárias; **6) remeter** o apurado ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender adotar, ante as irregularidades praticadas pelo o ordenador de despesas responsável à época. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo-.....

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.**

**Rio Branco – Acre, 23 de junho de 2010.**

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Presidente do TCE/ACRE.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA DOS SANTOS**  
Relator

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE.